



ACÓRDÃO Nº2040/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11277/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Saúde – FES.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Geilane Evangelista de Oliveira (Ordenador de Despesa) e Wilson Duarte Alecrim - Secretário de Estado de Saúde.
- 6- **Advogado:** Katiuscia Raika da Câmara Elias - OAB/AM 5225.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5404/2023-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Saúde - FES. Exercício de 2014.

Reconhecimento. Irregularidade. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Reconhecer** da prescrição quinquenal sobre a pretensão punitiva, disposta no art. 2º da Resolução TCU nº 344/2022, c/c art. 3º da Nota Recomendatória ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM nº 02/2023 referente à Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde, **exercício 2014**, sob responsabilidade da **Sra. Geilane Evangelista de Oliveira**, gestora à época do FES e do **Sr. Wilson Duarte Alecrim**, Secretário de Estado de Saúde;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do **Sr. Wilson Duarte Alecrim**, Secretário de Estado de Saúde e da **Sra. Geilane Evangelista de Oliveira**, gestora à época do FES, nos termos do art. 22, inciso III, da Lei nº 2.423/96 de 10.12.1996, atualizada até a Lei Complementar nº 204 de 16.01.2020, c/c art. 188, § 1º, inciso I, da Resolução TCE nº 04/2002, pelas seguintes irregularidades constantes no Relatório Técnico Conclusivo nº 071/2016-DICOP, e no Relatório Conclusivo nº 36/2016-2016-DICAD:



ACÓRDÃO Nº2040/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.2.1.** Ausência do Parecer da Inspeção Setorial de Finanças referente ao exercício de 2016, pois o constante na Prestação de Contas refere-se à Fundação Hospital Adriano Jorge;
- 10.2.2.** Pendências bancárias não tomadas pelo órgão identificadas nas conciliações bancárias, juntando o extrato de cada conta acompanhado das respectivas conciliações;
- 10.2.3.** Ausência de comprovação de despesa no montante de **R\$ 525.306,11** (quinhentos e vinte e cinco mil, trezentos e seis reais e onze centavos);
- 10.2.4.** Ausências de controles patrimoniais conforme determina o art. 92 e 94 da Lei 4.320/64.
- 10.3.** **Determinar** o encaminhamento dos autos à Corregedoria deste Tribunal de Contas, a fim de que apure a responsabilidade de quem contribuiu para a prescrição dos autos, com as subseqüentes medidas cabíveis, na forma do art. 9º da Nota Recomendatória ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM nº 02/2023; do art. 12, §2º, da Resolução TCU nº 344/2022; do inciso IX do art. 32, da Resolução nº 04/2002 e do art. 105, inciso IV, da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.4.** **Determinar** o envio os autos ao Ministério Público Estadual, para que apure a responsabilidade diante da Lei nº 8429/1992, da Lei de Improbidade Administrativa;
- 10.5.** **Dar ciência** ao **Sr. Wilson Duarte Alecrim**, Secretário de Estado de Saúde, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 10.6.** **Dar ciência** a **Sra. Geilane Evangelista de Oliveira**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já



ACÓRDÃO Nº2040/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.7. Dar ciência a Sra. Katiuscia Raika da Câmara Elias, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia desde já autorizam a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

10.8. Arquivar o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2023.

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello e Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

13.2. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral